



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

THIAGO ALVES XAVIER

**BREVE RELATO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM DIFERENTES
ESCALAS: DO GLOBAL AO LOCAL**

**JOÃO PESSOA
2014**

THIAGO ALVES XAVIER

**BREVE RELATO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM DIFERENTES
ESCALAS: DO GLOBAL AO LOCAL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso
de Geografia da Universidade Federal da Paraíba,
para obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª Ms. Ana Glória Cornélio
Madrugá

JOÃO PESSOA
2014

X3b Xavier, Thiago Alves.
Breve relato do processo de industrialização em diferentes
escalas: do global ao local / Thiago Alves Xavier.- João
Pessoa, 2014.
52f.
Orientadora: Ana Glória Cornélio Madruga
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN
1. Indústria - atividade. 2. Atividade industrial - escalas.
4. Desenvolvimento econômico.

UFPB/BC

CDU: 338.45(043.2)

THIAGO ALVES XAVIER

**BREVE RELATO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM DIFERENTES
ESCALAS: DO GLOBAL AO LOCAL**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do grau de bacharel no Curso de Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Nota: _____

Prof^ª Ms. Ana Glória Cornélio Madruga – UFPB
Orientadora

Prof^ªMs. Adriana de Souza Nascimento
Examinadora

Prof^ªMs. Noemi Paes Freire
Examinadora

Dedico este trabalho

A todos os amigos e familiares, em especial meus avós, que não estão mais entre nós para compartilhar comigo a alegria indescritível desse momento.

AGRADECIMENTOS

Gostaria acima de todas as coisas agradecer a Deus, pois sem ele nada em minha vida seria possível, muito menos a alegria de mais uma vez está conseguindo realizar um sonho;

Aos meus pais Inácia e Francisco por terem me colocado nesse mundo e por terem feito de tudo para me dá amor, educação e me ensinarem todos os princípios que me ajudaram a me tornar a pessoa que sou hoje, aproveito esse momento também para agradecer aos meus irmãos Diego e Hellen que juntamente com meus pais são pessoas inestimáveis em minha vida;

A minha esposa Fernanda por seu companheirismo, amor, incentivo e tudo o mais que ela agregou a minha vida desde o momento que a conheci. Amo-te, Fernanda;

A todos as outras pessoas da minha família em especial ao meu tio Adelmo por sempre ser uma referência a ser seguida e a Neide uma pessoa que desde muito cedo aprendi a amar como uma segunda mãe e claro também aos meus avós José, Maria, Francisco e Terezinha que infelizmente não estão mais vivos, mas que carrego sempre comigo em meu coração;

A professora Ana Madruga por aceitar a orientação dessa monografia e pelo incentivo dado em todo esse processo;

A Elvira, pessoa sempre disposta a me ajudar em todos os momentos em que precisei, me esclarecendo dúvidas, me aconselhando e incentivando;

A Fábio Cabral, grande amigo que nos últimos sete anos sempre esteve presente pronto para qualquer batalha. Valeu meu irmão;

Finalmente, agradeço a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a concretização desse momento tão especial.

Indústria

*Que lafournaise flambe, et que les lourds marteaux,
Nuit et jour et sans fin, tourmentent les métaux!*

A. BRIZEUX

O homem bate-se contra o mundo. Cada força viva é um inimigo.
À parte a luta das paixões, trava-se na sociedade a batalha
perene das indústrias.
Combate-se contra o tempo que atrasa e contra a distância que
afasta.

A locomotiva atravessa as planícies como um turbilhão de ferro; a
rede nervosa da telegrafia cria a simultaneidade e a solidariedade
na face do globo; o steamer suprime o oceano; o milagre de
Guttemberg precipita em tempestade as idéias, reduzindo o esforço
cerebral; exacerbam-se os ímpetus produtores do solo, com a energia
vertiginosa das máquinas. Vibram as cidades ao rumor homérico das
caldeiras. Cada dia, o combate ganha uma nova feição e o ventre
fecundo, o ventre inexaurível das forjas, para as novas pugnas,
produz novas armas.

Bendita febre industrial!

Bendito o operário, mártir das indústrias!

Estenda-se por todo o firmamento o fumo que paira sobre as
cidades, vele aos nossos olhos os abismos da amplidão e os signos
impenetráveis das esferas.

Raul Pompéia

RESUMO

O presente trabalho procura fazer um levantamento sintético da atividade industrial a princípio em uma escala global, em seguida em escala nacional (Brasil), regional (Nordeste) e por fim estadual (Paraíba) primando acima de tudo tentar esclarecer onde se iniciou esse processo, quais foram os requisitos básicos para conseguirem tal feito e quais foram os motivos pelo qual alguns lugares conseguiram se industrializar primeiro do que outros e por que em determinadas áreas a atividade industrial se apresenta dinâmica forte e pulsante, enquanto em outras é quase inexistente ou simplesmente inexpressiva. Vale salientar também que procuramos sempre que possível destacar a importância da industrialização para o desenvolvimento econômico de um determinado lugar.

Palavras-chave: Atividade industrial. Escala. Desenvolvimento econômico.

RESUMEN

Este documento trata de hacer un estudio sintético de la actividad industrial, en principio, a nivel mundial, luego a escala nacional (Brasil), regionales (Noreste), y por orden del Estado (Paraíba) sobresaliendo por encima de todo tratar de aclarar donde comenzamos este proceso, ¿Cuáles eran los requisitos básicos para lograr tal hazaña y cuáles fueron las razones por las que algunos lugares han logrado industrializarse más rápido que los demás y por qué ciertas áreas de la actividad industrial parece dinámicas fuertes y vibrantes, mientras que en otros es casi inexistente o simplemente sin sentido . También vale la pena mencionar que buscamos siempre que sea posible para poner de relieve la importancia de la industrialización para el desarrollo económico de un lugar en particular.

Palabras clave: Actividad Industrial. Scale. Desarrollo económico.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plano cronológico das principais invenções e novas técnicas (1700-1850)	18
Quadro 2–Brasil – Produção de café -1821-1900 (em milhões de sacas).....	21
Quadro 3-Expansão das estradas de ferro, da criação das primeiras linhas em 1854 a 1929	24
Quadro 4– Brasil Indústria 1907 e 1920	25
Quadro 5– Distrito Federal e São Paulo. Indústria 1907, 1920 e 1929	25
Quadro 6–Paraíba Principais produtos industriais em termos do valor da Produção de 1970 exclusive microestabelecimentos	39
Quadro 7–Estrutura dos Investimentos Industriais na Paraíba 1969-1979	44
Quadro 8–Dados gerais de evolução dos principais ramos industriais paraibanos 1970 e 1980	45
Quadro 9– Dados sobre o número de estabelecimentos e pessoal ocupado nas indústrias extrativa, mineral e de transformação na Paraíba	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
FASE INICIAL DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS PRÉ-REQUISITOS	12
CAPÍTULO 2	
A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA/ATRASADA DO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA CAFEICULTURA NESSE PROCESSO	20
CAPÍTULO 3	
A ATIVIDADE INDUSTRIAL DO NORDESTE E O PAPEL DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	28
CAPÍTULO 4	
O AGONIZANTE SETOR SECUNDÁRIO DA PARAÍBA	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

Desde seu início a atividade industrial vem se destacando em toda a sociedade como sendo uma das maneiras mais bem sucedidas de acumulação de capital. Analisar o impacto dessas atividades tanto nas áreas industrializadas como nas áreas menos ou não industrializadas se faz necessário para entendermos com maior facilidade a lógica da atual fase do capitalismo, bem como do fenômeno denominado globalização.

Estamos cientes que ao abordar um tema tão complexo como a industrialização foi inevitável (embora termos tentado) o risco de deixarmos informações importantes passarem despercebidas, afinal de contas a atividade industrial foi e é um fenômeno dinâmico que acontece simultaneamente em vários lugares, por esse motivo não especificamos uma área de abordagem, primamos em fazer uma análise mais subjetiva, mas que de certa forma abrangesse as principais escalas geográficas existentes, ou seja: global, nacional, regional e local.

A metodologia utilizada foi baseada na pesquisa bibliográfica com a busca pela temática explicitada nos títulos de cada capítulo, onde procuramos fazer uma abordagem evolutiva e historiográfica com a priorização da localização geográfica para subsidiar os aspectos econômicos e sociais.

Diante disso fica claro que um dos objetivos principais do presente trabalho é fazer um breve relato da atividade industrial a nível global, nacional, regional e local e entender que em todas essas escalas alguns acontecimentos, bem como os recursos sociais e naturais, foram fundamentais na consumação desse processo.

A nível global destacamos a importância da acumulação de capital proveniente, sobretudo do mercantilismo para a Inglaterra que dá início a Revolução Industrial, destacamos também a importância das fontes de energia, de matéria-prima e de mão-de-obra para abertura desse processo, a intensificação do abismo entre burguesia e o proletariado bem como dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos.

No Brasil destacamos o fato de o país apresentar uma industrialização tardia ou atrasada devido ao seu início ter ocorrido tempos depois de alguns países europeus e dos Estados Unidos e do incontestável papel do café e dos imigrantes europeus para a consolidação da atividade industrial em nosso país. A cafeicultura contribuindo com a acumulação de capital e com a melhoria da infraestrutura de algumas áreas do país e os

imigrantes com o conhecimento prático oriundo das atividades industriais já realizadas em seus países de origem.

No caso do Nordeste, evidenciamos o frágil desenvolvimento do setor secundário estimulado em alguns momentos específicos, principalmente por incentivos dados pelo governo federal, foi o caso da criação da SUDENE e da elaboração do Sistema 34/18 que impulsionou momentaneamente a atividade industrial na região, mas que não foi suficiente para desenvolvê-la na mesma proporção ou pelo menos aproximada das regiões Sul e Sudeste.

Como já citado, na região Nordeste o setor industrial apresenta grandes limitações principalmente nos estados com a economia mais fragilizada que é o caso infelizmente da Paraíba que apresenta uma atividade industrial precária pouco desenvolvida e concentrada em algumas poucas áreas específicas, mas precisamente nos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, apresentado dessa forma poucos pontos positivos a ser acrescentado principalmente na fase atual.

1 FASE INICIAL DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS PRÉ-REQUISITOS

Se fizermos um comparativo entre atividade agrícola e atividade industrial perceberemos que de fato as atividades agrícolas estão melhores distribuídas em todo o mundo, cabendo a atividade industrial se concentrar em algumas pequenas áreas específicas “Toda via essa pequena concentração tem o poder de articular e integrar, através do mercado e da divisão espacial e internacional do trabalho, todo o universo” (CARLOS, 1988, p.20).

Em alguns momentos tal afirmação pode causar a falsa impressão de que estamos afirmando que a atividade agrícola não seja importante ou que desenvolver tais atividades seja algo fácil, pelo contrário desenvolver atividade agrícola independente de qual forma seja, afinal existem diversos tipos de agricultura como a de subsistência, comercial, extensiva entre outras requer conhecimentos práticos, além de ser necessário contar com o fator natural, ou seja, não adianta nada querer desenvolver uma plantação de cana de açúcar no clima polar da Antártida por exemplo, nesse caso fica claro que a questão climática, a qualidade do solo bem como os recursos (ferramentas/máquinas) e mão-de-obra disponíveis são indispensáveis.

A questão no momento não é discutir se é mais simples desenvolver atividades agrícolas ou indústrias e sim reafirmar que:

As condições da repartição atual da história no mundo são essencialmente históricas – e, para as implantações imediatamente contemporâneas, políticas – isto é, especificamente humanas. No interior dos grandes domínios indústrias determinados por essas condições, os fatores naturais interferem com dados de caráter humano e orgânico, para regular a localização precisa dos diversos sistemas industriais (GEORGE 1979 p.8,9).

Ainda sobre a localização das indústrias(George, 1979 p.12) afirma que:

Nesta repartição das indústrias mais novas, a localização precisa dos estabelecimentos industriais está sujeito, como a das primeiras indústrias, à dupla influência de fatores naturais (presença de energia e de matérias-primas) e de fatores humanos, desde a existência de mercados de venda e de bases de recrutamento de mão-de-obra, até a realização de condições de segurança dos investimentos, que são condições políticas.

Sendo assim para que haja industrialização independentemente de onde seja um dos requisitos básicos sem dúvidas é a quantidade de fontes de energia disponíveis em uma determinada região. Wagner de Cerqueira e Francisco afirma que “foi com o advento das Revoluções Industriais, juntamente com a intensificação do processo de urbanização, que a utilização das fontes energéticas teve um aumento extraordinário. O atual modelo capitalista é altamente dependente de recursos energéticos para o funcionamento das máquinas industriais e agrícolas” (site Brasil escola acesso em 15/07/13)

A disponibilidade de fontes de energia tem um papel revelador no que diz respeito a situação econômica e claro no nível de industrialização de um determinado lugar. Sendo assim:

A energia é um segmento de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico de uma região. As diferentes necessidades de quantidade de energia revelam o nível de desenvolvimento e industrialização de um país ou estado e, além disso, o clima, as necessidades humanas básicas, e a infraestrutura, por vezes, interferem na obtenção dessa energia (SILVA; BONETTI; RODRIGUES, 2006).

Ainda em relação às fontes de energia nas últimas décadas vem se observando um desenfreado uso de fontes energéticas (principalmente por parte das indústrias) que apesar de serem bastante eficientes no que diz respeito a questão produtiva tem a capacidade de causar impactos desastrosos ao meio ambiente.

Em geral os combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) são os principais responsáveis por tal situação e por esse motivo vem se falando muito na substituição dessas fontes de energia por outras batizadas de renováveis.

Observa-se atualmente uma preocupação mundial na produção e consumo de formas de energia mais limpas. Para que essas formas de energia, ditas renováveis tornem-se viáveis, é necessário que elas e o seu processo de produção sejam sustentáveis do ponto de vista socioeconômico e competitivas no mercado globalizado (CARMO; BARROS NETO; DUTRA, 2011).

Ser sustentável não é o suficiente, para que as fontes de energias “limpas” tenham espaço é necessário antes de qualquer coisa atender as expectativas econômicas e é por esse e por outros motivos que infelizmente o uso desse tipo de fontes de energia ainda é uma realidade que está presente em um número insignificante de indústrias seja em qual parte do mundo for.

Por volta do início do século XVIII e final do século XVII a Inglaterra e posteriormente França, Alemanha e outros países aos poucos encontraram as bases para desenvolver um novo modo de produção. Posteriormente a esse fenômeno foi dado o nome de Revolução industrial que para Salamone “é o culminar de um processo secular que estabelece as suas premissas não só a nível econômico e tecnológico, mas ainda, e sobretudo, a nível social, político e ideológico”. (1978, p.10)

Para Carlos (1981, p. 21):

Do ponto de vista da história de sua implantação, a indústria se localizou primeiramente na Inglaterra, onde encontrou as condições necessárias ao seu surgimento, como grau de desenvolvimento técnico e condições de acumulação de capital. Elas surgiram dentro da cidade: perto do mercado e da mão de obra.

A acumulação de capitais necessário para iniciar a Revolução industrial foi oriunda acima de tudo do mercantilismo que para Schmoller “em seu cerne mais íntimo, não é nada além de construção do Estado” (1989 1884, p.50, tradução de Suprinyak, Carlos Eduardo).

As primeiras regiões europeias onde as indústrias se instalaram foram “escolhidas” levando em consideração a questão humana mesmo as indústrias sendo algo novo para todos de certa forma algumas pessoas mesmo que de forma indireta já tinham certos conhecimentos que seriam de fundamental importância para serem aplicados nas atividades industriais.

Sobre isso George diz que:

A indústria foi atraída, por exemplo, para terras ricas em mão-de-obra operária preparada para o trabalho industrial por um longo passado de atividades manufatureiras, em regiões onde o desenvolvimento comercial e uma tradição de transformação de matérias brutas já haviam introduzido uma diferenciação econômica em relação a estrutura agrícola dos países circunvizinhos. (1979, p. 9) Salamone sobre a importância das atividades manufatureiras para a industrialização afirma que: “a manufatura na sua forma acabada é totalmente capitalista, constituindo uma premissa essencial para a posterior evolução da revolução industrial” (1970, p.58).

De imediato ficou claro para todos que aquela novidade chamada indústria representaria não só naquele momento, mas também a posteriori uma forma muito singular de acúmulo de riquezas e manutenção do capital. Apesar de tal fato ser algo explícito, aqueles benefícios gerados pelas indústrias não se expandia para todos, mas sim para quem tinha os meios de produções/maquinários capazes de movimentar tal atividade, ou seja, os

demais tinham uma única opção se deixar serem explorados em um galpão com péssimas condições de trabalho em troca de uma mísera remuneração vendendo assim sua força de trabalho já que não tinham nada mais a oferecer.

Na lógica do mercado capitalista só sobrevive os que conseguem se adaptar as inconstâncias do mesmo, diante disso nem todos que iniciaram nesse processo conseguiram se manter dentro dele, dessa forma muitos desapareceram ou foram anexados a indústrias mais fortes e maiores. “Os maiores, crescem mais rapidamente e, por meio da concorrência, tendem a eliminar ou anexar os menores” (GEORGE, 1979, p. 10).

Quanto mais as organizações cresciam, mais enriqueciam e mais exploravam o proletariado que para Engels é “a classe que retira sua subsistência unicamente da venda de seu trabalho”, e mais à frente: “A classe dos que não possuem absolutamente nada, que são obrigados a vender aos burgueses seu trabalho, para receber em troca meios de subsistência necessários à sua manutenção” (MARX; ENGELS, 2001, p. 103-105).

Com o aumento da produção industrial vieram também a necessidade pelo aumento de matéria prima para os mais diversos produtos a serem fabricados e isso também ajudou a fazer com que as indústrias aumentassem sua influência tendo refletido isso inclusive na atual conjuntura econômica mundial, privilegiando os grandes impérios capitalistas colocando em posição de destaque frente a maioria das outras nações sobretudo aquelas que apresentaram uma revolução industrial tardia ou atrasada ou até mesmo aquelas que nem se quer deram início a essa revolução que por coincidência ou não todas elas ou a grande maioria foram outrora totalmente dependentes desses grandes impérios capitalista exercendo um papel de colônia para essas grandes nações sobretudo colônias de exploração.

Sobre isso Salamone(1978, p. 11) diz que:

Tal tema não só liga diretamente o contexto europeu ao dos outros continentes (é o problema histórico do impacto do colonialismo) num momento determinado, mas, ao mesmo tempo, põe em foco a atualidade e a contemporaneidade das suas implicações.

O lado positivo do processo ligado a revolução industrial pode ser notado em áreas específicas em especial na Europa Ocidental, na América do Norte e por último no Japão, embora hoje já seja possível observar processos semelhantes em outras partes do mundo, fato é que embora utilizando-se de uma expressão que devido circunstâncias pontuais estejam em desuso Salamone faz uma divisão a nível global muito interessante

deixando claro que se por um lado algumas nações conseguiram numerosas vantagens com a revolução industrial outras ainda hoje estão tentando colher esses tais frutos ou na pior das hipóteses estão esperando a germinação de uma semente que nem mesmo sabe se vai vingar um dia:

O mundo contemporâneo surge, portando dividido, em duas realidades bastante diferentes uma da outra: um Norte industrializado e um Sul subdesenvolvido, geralmente definido, ainda que impropriamente como Terceiro Mundo (SALAMONE, 1978, p.145).

O termo subdesenvolvido é constantemente empregado aqueles países que não possui considerável desenvolvimento econômico, apresentado geralmente uma economia fragilizada que tem como principais atividades produtivas todas aquelas ligadas ao setor primário da economia (agricultura e extrativismo).

Ao analisar os países subdesenvolvidos P. Bairoch faz alguns questionamentos que ele próprio responde “Por que motivo os países subdesenvolvidos encontram actualmente (...) tantas dificuldades em iniciar seu desenvolvimento. Dentre as principais respostas dadas por Bairoch uma das principais é: “O custo dos investimentos industriais é hoje tão alto que inibe frequentemente a possibilidade de construir estruturas produtivas susceptíveis de acompanharem as dos países industrializados” (BAIROCH, 1974, p. 12).

A relação desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é algo bastante conhecido que em um passado não tão distante era bem mais desproporcional que hoje. Atualmente devido a existência de órgãos reguladores como é o caso da OMC (Organização Mundial do Comércio) essa discrepância em passos lentos vem diminuindo.

Sobre isso Salamone(1978, p. 149) diz que:

A exportação de economias e capitais do mundo desenvolvido para o subdesenvolvido resolve-se em geral, em benefício do primeiro e, quanto a exportação de tecnologia, trata-se habitualmente de tecnologias obsoletas para as metrópoles, mas, ao mesmo tempo, pouco aptas a favorecerem mecanismos de desenvolvimento em sociedades relativamente estagnadas.

O desenvolvimento alcançado por parte de alguns países europeus em especial ligados ao processo de industrialização deriva em partes da exploração em que esses mesmos países submeteram outros, principalmente aqueles do continente africano e da América Latina. Cabe ressaltar que esse não foi o único motivo, sem dúvidas alguns desses países já tinham certa estrutura montada, uma organização política e principalmente

recursos capazes de serem investidos a fim de gerar uma lucratividade na qual esses investimentos fizessem sentido de ser realizados, porém a exploração colonial foi decisiva nesse processo como afirma Salamone (1978, p. 157): “A política colonial das potências europeias em vias de industrialização concretizou-se assim numa subtração geral de recursos em áreas decisivas do Terceiro Mundo hodierno”.

Sendo assim em partes a atual situação de alguns países considerados subdesenvolvido podem ser explicados pela seguinte afirmação:

A subtração de recursos humanos e materiais e a inibição de qualquer iniciativa local que não fosse o comércio parasitário, segundo os critérios fixados em benefício das grandes companhias coloniais, são, por certo, um fator decisivo para a explicação da situação atual dos países subdesenvolvidos, embora não seja o único. De facto, paralelamente a este, surge a distorção das economias coloniais operada pelas potências ocidentais, sempre com o fim e financiar a sua acumulação de capitais e, ao mesmo tempo, de destruir qualquer possibilidade de concorrência proveniente das áreas extra europeias (SALAMONE, 1978, p.158-159).

Nesse sentido o Brasil insere-se dentro dessa lógica como um país que durante séculos foi submetido aos interesses de um alçoz cujo principal objetivo era retirar tudo o que fosse de valioso para ser vendido no mercado europeu e assim se fortalecer economicamente. Embora Portugal muito tenha se beneficiado com a exploração exercida no Brasil, não foi o único principalmente quando estamos nos referindo ao ouro retirado do nosso país, pois a coroa portuguesa tinha uma imensa dívida com a Inglaterra e o ouro brasileiro era usado para fazer parte da quitação dessa dívida que certamente contribuiu para o fortalecimento econômico daquele país que foi um dos primeiros a conseguir dá início ao seu processo de industrialização e consecutivamente contribuiu para o atraso da industrialização do Brasil.

Sobre a relação entre subdesenvolvimento revolução industrial e países europeus Salamone (1978, p.160) nos diz que:

“O subdesenvolvimento é, portanto, o filho legítimo da revolução industrial europeia”. Mais à frente ele diz que “O círculo desenvolvimento – subdesenvolvimento vem assim a fechar-se e o quadro da revolução industrial assume, deste modo, o seu alcance mais geral. Trata-se de um processo histórico que teve as suas raízes na Europa na medida em que representa o momento culminante de uma longa fase de transição entre o modo de produção feudal e o capitalista, mas cujo desenvolvimento atingiu diretamente continentes inteiros”.

Ao finalizarmos essa etapa do trabalho pretendemos deixar bem claro que em momento algum tivemos a pretensão de abordar todo o processo conhecido como Revolução Industrial. Fizemos uma breve análise do tema destacando fatos e conceitos importantes capazes de nos dá suporte para entendermos com mais facilidade a industrialização do Brasil bem como a do Nordeste e por último o do estado da Paraíba.

Por entendermos que possivelmente algumas lacunas não tenham sido preenchidas com essa sucinta abordagem destacamos o quadro elaborado por Nino Salamone em seu livro Causas sociais da revolução industrial que tem como título: Plano cronológico das principais invenções e novas técnicas (1700-1850). Todas essas invenções e técnicas contribuíram (umas mais outras menos) para o aperfeiçoamento da revolução industrial e por esse motivo nos ajudam a entender melhor como esse processo transcorreu.

Ano	Invenções e Novas Técnicas
1709	Abraham Darby I aperfeiçoa a técnica de fundição da ulha para substituir ao latão na construção das máquinas.
1712	Thomas Newcomen constrói uma das primeiras máquinas a vapor para elevar água em uma mina de carvão
1717	John Lombe introduz na Grã-Bretanha uma máquina para trabalhar a seda. O seu estabelecimento chega a dar emprego a 300 operários. É o início do sistema fábri.
1725	Bouchon aplica pela primeira vez ao tear de tecelagem o comando por meio de cartão perfurado.
1728	Falcon começa a aperfeiçoar a invenção de Bouchon.
1733	John Kay inventa a lançadeira volante, que, no decurso de poucos anos, faz quadruplicar o rendimento dos teares para a tecelagem do algodão e da lã.
1735	John wyatt inventa a máquina de fiar.
1740	(cerca de) Abraham Darby II aperfeiçoa as instalações siderúrgicas das empresas do pai. Atribui-se-lhe a primeira experiência para o funcionamento de um alto forno completamente a coque de ulha.
1740	Benjamin Huntsman consegue pela primeira vez produzir aço no estado líquido, fundindo aço cementado no cadinho.
1744-1745	Jacques de Vaucanson, explorando os inventos de Bouchon, Falcon e outros, realiza o primeiro tear mecânico capaz de funcionar perfeitamente e de produzir tecidos trabalhados.
1748	Lewis Paul registra a patente de sua cardadeira para algodão.
1757	James Watt aperfeiçoa a máquina a vapor, com a introdução do condensador, a camisa de vapor em torno do cilindro e o regulador de força centrífuga, fazendo que a sua utilização se torne universal. Em 1796 registra a sua patente.
1758	Everet inventa a máquina hidráulica para tosar a lã.
1765	James Hargreaves inventa a primeira máquina de fiar mecânica de trabalho intermitente, <i>ajenny</i> cuja patente é registrada em 1770.
1767	Highs cria um Water frame (uridor hidráulico) com o qual se obtém um fio de urdidura muito sólido.
1769	Richard Arkwright inventa o fiador contínuo de cilindros.
1769-1770	Arkwright aplica a energia motriz hidráulica em um de seus estabelecimentos.

1775-1780	Watt associa-se a Mathew Boulton para a construção da sua máquina a vapor, que é empregada na indústria têxtil.
1777-1778	Abraham Darby III constrói a primeira ponte metálica da Europa. Constrói, também pela primeira vez, carris de ferro fundido.
1779	Samuel Crompton combina o Water frame de Highsco a jenny de Hargreaves e cria uma máquina de fiar intermitente (amulejenny).
1780	Arkwright inventa a mesa de engomar.
1783	Henry Cort inventa o método de purificação do ferro (pudelagem) com o qual se utiliza, para a operação, a ulha em vez do carvão de madeira.
1785	Edmund Cartwright inventa e registra a patente de um tear mecânico que emprega na sua indústria, com o qual consegue produzir tecido liso de uma espessura considerável.
1788	William Symington aplica pela primeira vez a propulsão a vapor a uam embarcação fluvial com rodas.
1791	Nicolas Leblanc prepara o carbonato de sólido a partir do cloreto de sódio e do ácido sulfúrico.
1792	Kelly inventa a mule automática.
1793	Whitney inventa uma debulhadora de algodão (cotton gin).
1800	Alessandro Volta inventa a pilha.
1801	Robert Fulton, financiado por Napoleão I, constroi o submarino, Nautilus, para fins bélicos, mas não tem sucesso.
1802	Murdock na Grã-Bretanha e Leblanc em França realizam a iluminação a gás.
1803	Fulton constrói um barco a vapor que transporta durante algumas horas passageiros no Sena.
1805	Em França, é pela primeira vez aplicado o tear jacquard, já há muito tempo aperfeiçoado.
1807	Com o auxílio de Watt Boulton, Fulton constrói uma máquina de sua concepção, para um barco que percorre 240 quilômetros (entre Nova Iorque e Albany).
1810	De Girard inventa a maquina para tecer linho. A invenção,pouco considerada em França, obtém grande sucesso na Grã-Bretanha.
1814	O times emprega uma máquina de imprimir a vapor.
1814-1815	George Stenphenson constrói a primeira locomotiva a vapor para transporte nas minas. No ano seguinte aperfeiço-a.
1822	São instalados os primeiros estabelecimentos têxteis nos Estados Unidos.
1822-1827	Joseph Niepce inventa a fotografia sobre suporte metálico.
1823	Stephenson constrói a primeira linha de caminho-de-ferro (Stockton-Darling) e, em seguida, uma locomotiva (The Rocket) para a linha Liverpool-Manchester.
1847	AscanioSobrero descobre a nitoglicerina que será posteriormente utilizada por Alfred Nobel.
1854	IsambardKingdomprojecta o célebre GreatEastern, uma cidade flutuante de 27 000 toneladas e 210 metros de comprimento, que não é superado durante quase todo o século XIX.
1856	Henry Bessemer inventa um conversor mediante o qual consegue pela primeira vez fabricar grandes quantidades de aço fundido.

Quadro 1 - Plano cronológico das principais invenções e novas técnicas (1700-1850).

Fonte: Salamone(1978 p.142,143 e 144).

2 A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA/ATRASADA DO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA CAFEICULTURA NESSE PROCESSO

Foi somente no início do século XIX que ocorreram as primeiras tentativas de industrialização do território brasileiro e tal atitude começou a ganhar força a partir de conclusões que pouco a pouco pareciam ser incontestáveis como a de que a alternativa mais viável para driblar a estagnação econômica pela qual vinha passando o Brasil era submeter o país a uma mudança no mínimo revolucionária semelhante a que havia acontecido em alguns países da Europa. Foi assim que o ideário de uma país industrializado mesmo com quase um século de atraso começou a ganhar força no Brasil. Segundo Luz (1975) “o que houve foram no início do século (XIX), esforços por parte de um governo consciente de ser a indústria a mais produtiva fonte de riqueza”.

A respeito da industrialização brasileira várias teorias já foram levantadas na tentativa de explicar como, quem ou o que foram os responsáveis por iniciar esse processo em nossas terras. Depois de anos de análises, diversos livros escritos e inúmeros trabalhos acadêmicos abordando essa temática, algo que é incontestável é a grande contribuição que o café deu nesse processo, não estamos afirmando que o café foi o único a contribuir, mas que foi um dos principais “a escolha da economia cafeeira deve-se ao fato de que ela foi o principal centro da acumulação de capital no Brasil durante o período” (SILVA 1995 p.11).

Antes de qualquer coisa para iniciar um processo de industrialização, é necessário ter capital disponível e não é uma quantia qualquer tem que ser no mínimo uma quantidade capaz de iniciar o processo e de suportar possíveis crises. No caso brasileiro fica claro que quem proporcionou tal feito foi exatamente o café, pois sacas e mais sacas desse produto eram exportadas garantindo assim uma boa lucratividade para o Brasil, lucratividade essa que poderia ser investida nas indústrias o que de fato aconteceu anos depois.

Por volta da metade do século XIX observou-se um vultoso crescimento nas relações comerciais no mundo, o que contribuiu de forma positiva para a economia cafeeira brasileira, pois nesse mesmo período as cotações internacionais do café alcançaram números significativos. Sobre o crescimento do comércio mundial e inserção do Brasil nisso Silva (1995 p. 23) afirma que:

O aparecimento dos navios a vapor no Atlântico Sul deu um novo impulso ao comércio de longas distâncias e em particular veio favorecer as relações comerciais entre o Brasil, de um lado, e a Europa e os Estados Unidos, de outro lado.

(em milhões de sacas)

Anos	Produção
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

Quadro 2 – Brasil – Produção de café -1821-1900.

Fonte: (Silva 1995 p. 43).

Até meados das décadas de 1880 o plantio de café se concentrava na região do vale do Paraíba do Sul o que favorecia o escoamento da produção pelo porto do Rio de Janeiro, no entanto no final do século XIX ocorre uma mudança nesse quadro. “Já em fins do século XIX, o planalto paulista tornava-se o maior produtor de café e, a partir de 1894, Santos se transformou no seu maior porto mundial de exportação” (SIMONSEN 1973 p.9). Data desse mesmo período o início da abolição escravocrata, ou seja, ao mesmo tempo que ocorre um deslocamento significativo das principais áreas dedicadas ao plantio do café ocorre também aos poucos a substituição da mão de obra escrava pela assalariada.

Ao mesmo tempo em que no Brasil surge a necessidade de mão-de-obra, ocorre na Europa uma das piores Guerras de que se tem notícia no mundo não por acaso batizada de Guerra Mundial diversos países da Europa se encontravam em completa destruição a população passava por diversos tipos de problemas: fome, sede e medo são apenas alguns dos vários que podem ser citados. Diante de tal realidade foram vários os que estavam dispostos a deixar tudo para trás em sua terra natal e irem em busca de novos horizontes em países como o Brasil onde os efeitos da guerra apesar de existirem não foram tão intensos como era na Europa por exemplo.

Boa parte da mão de obra assalariada que foram a princípio empregada nas plantações de café eram decorrentes de imigrantes europeus e esses em sua maioria assim que chegavam em terras brasileiras assinavam um contrato padrão criado pelo órgão responsável do governo brasileiro esse contrato era “de um ano, podendo ser rescindido

pelas duas partes, com um aviso prévio de um mês” (SILVA, 1995 p. 45). Como pagamento pelos serviços prestados o trabalhador recebia uma quantia de acordo com o seu desempenho “Esse contrato previa o pagamento de um salário mínimo proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador” (SILVA, 1995 p. 45) e ainda “Ao lado dessas retribuições monetárias o trabalhador recebia um pedaço de terra que podia cultivar por sua conta” (SILVA, 1995 p. 45).

Os trabalhadores europeus que chegavam ao Brasil traziam consigo uma grande bagagem não estamos falando apenas da tradicional bagagem que todo viajante traz abarrotada de roupas, sapatos e outros artigos básicos do dia-a-dia de qualquer pessoa, mas, sim aquela repleta de conhecimentos, práticos e teóricos que se por um lado era muito bom para os empregadores, pois era uma forma de otimizar sua produção devido a uma certa qualificação presente naqueles trabalhadores também era algo perigoso pois os mesmos não se deixavam ludibriarem facilmente nem tão pouco suportavam sem contestar algumas injustiças.

Os imigrantes europeus sabiam na prática, que quando reunidos em associações eram bem mais fortes do que sozinhos algo que era comum de ser feito na Europa mas que em terras brasileira ainda não era permitido. Sobre isso Silva (1995, p. 47) diz que:

Eles não aceitam sem luta a exploração à qual são submetidos. Essas lutas tomam as formas mais diversas, e muitas vezes violentas, dada a repressão exercida pelos fazendeiros que proíbem, por exemplo, aos trabalhadores todo o direito de associação.

Diante dessa situação vários trabalhadores assim que acabava o contrato firmado com os grandes proprietários de terra produtores de café procurava se desligar do empregador anterior buscando um novo trabalho que fosse ao menos um pouco melhor do que aquele que ele abandonara.

Pouco tempo após a chegada dos colonos, percebe-se um início de mecanização na produção de café que embora fosse modesta naquele momento foi muito importante pois possibilitou experiências que posteriormente foram colocadas em prática em larga escala devido a eficiência alcançada com tais atividades.

A mecanização fez com que a produção cafeeira alcançasse números impressionantes para a época, no entanto parte dessa produção acabava sendo desperdiçada pois havia uma dificuldade grande em fazer o escoamento dessa produção tendo em vista que até meados dos anos de 1860 esse escoamento era feito da maneira mais rudimentar

possível para época através das tropas de mulas que apesar de ter tido grande importância histórica não se mostrava eficiente do ponto de vista econômico, pois dessa forma não era possível transportar grandes quantidades de café, nem a grandes distâncias sem contar com o desperdício ligado ao estrago dos grãos que muitas vezes não resistiam as condições em que eram submetidos.

Com a chegada das estradas de ferro essa realidade começou a ser alterada. Segundo Silva A primeira estrada de ferro do café foi a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, organizada pelo Governo do Império. Suas primeiras linhas começaram a funcionar no fim de 1859. Progressivamente ela foi buscar o café em todo o Vale do Paraíba e estendeu-se até o Norte de São Paulo e o Sudeste de Minas Gerais.

Os grandes barões do café percebendo a eficiência do escoamento possibilitado pelas estradas de ferro passaram a investir cada vez mais na ampliação dessas ferrovias fazendo com acontecesse uma integração entre as principais áreas produtoras e o porto de Santos. Parte da expansão das estradas de ferro do Brasil no período de 1854 a 1929 pode ser observado no quadro a seguir onde fazemos um comparativo entre a Região cafeeira (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e o restante do Brasil. No quadro percebe-se que durante um longo período a Região cafeeira apresentou quase que a mesma quantidade de quilômetros que o restante do Brasil o que comprova que o início do desenvolvimento das estradas de ferro em nosso país está intimamente ligado ao café, não exclusivamente por uma questão planejada mas acima de tudo por uma necessidade a necessidade de escoamento do produto que tanto garantia lucro para os barões.

Anos	Região Cafeeira (km)	Brasil (km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1884	2.395,9	2.895,7
1889	3.830,1	6.324,6
1894	5.590,3	9.076,1
1899	7.676,6	12.474,3
1904	8.713,9	13.980,6
1906	10.212,0	16.023,9
1910	11.281,3	17.340,4
1915	—	21.466,6
1920	—	26.646,6
1925	—	28.556,2
1929	18.326,1	32.000,3

Quadro 3 – Expansão das estradas de ferro, da criação das primeiras linhas em 1854 a 1929.
Fonte: Silva (1995 p.52).

Da ideia de industrializar o país e isso de fato se iniciar diversos acontecimentos podem ser destacados um dos principais foi o não oferecimento por parte da nação (ao menos a princípio) de condições básicas para o desenvolvimento da atividade industrial como, por exemplo, meios de escoamento para a produção, fontes de energia eficientes para o abastecimento dessas indústrias etc. O fato é que para Simonsen (1973, p. 16) somente na “década de 1880 a 1890 ia revelar o primeiro surto industrial do Brasil”.

Entre 1907 a 1920 houve um aumento significativo de indústrias instaladas em território brasileiro bem como no número de trabalhadores ligados a esse setor. Os dados referentes a esses dois que podem ser observados no quadro abaixo comprovam tal afirmação.

Ano	Número de empresas	Capital (contos)	Produção (contos)	Força Motriz	Número de operários
1907	3.258	653.555	731.292	109.248	149.018
1920	13.336	1.815.156	2.959.176	310.424	275.512

Quadro 4 – Brasil Indústria 1907 e 1920.

Fontes: Le Brésil et ses richesses, vol. II, p.373, e Recenseamento de 1920, Vol. V, pp XXII e XXIII Apud Silva (1995 p.72).

Outro quadro faz um comparativo entre São Paulo e Distrito Federal levando em consideração três anos 1907, 1920 e 1929.

Ano	Número de empresas	Capital (contos)	Força Motriz (C.V)	Número de operários
Distrito Federal				
1907	662	167.120	22.279	34.850
1920	1.542	441.669	69.703	56.517
1929	1.937	641.661	(*)	93.525
São Paulo				
1907	326	127.702	18.301	24.186
1920	4.145	537.817	94.099	83.998
1929	6.923	1.101.824	(*)	148.376

Quadro 5- Distrito Federal e São Paulo. Indústria 1907, 1920 e 1929.

Fontes: Le Brésil et ses richesses, vol. II, p.373, e Recenseamento de 1920, Vol. II, tomo II, p. XXIX e vol. V, p. XXXVI; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do estado de São Paulo, Estatística Industrial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1930. As duas últimas fontes são citadas por Boris Fausto, A Revolução de 1930, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970, p. 23, apud Silva (1995 p.73).

Ao falarmos de industrialização brasileira devemos de imediato associarmos esse processo aos recursos provenientes do café tendo em vista que o principal responsável por iniciar esse acontecimento foi o capital obtido com a venda desse produto.

O conhecimento na industrialização do Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil; mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890 (SILVA 1995 p. 75).

Outro fato importante é entender que boa parte das recém chegadas indústrias escolheram exatamente os arredores ou a própria região cafeeira, pois a mesma motivada pela alta do café mesmo antes da chegada das indústrias já tinha características que favoreciam a instalação dessas empresas. Segundo Silva (1995, p. 73):

Para analisar corretamente a importância da indústria nascente no Brasil, é necessário relacioná-la com as transformações econômicas e sociais por que passa o país e, em particular, a região das grandes plantações de café, isto é, a região formada fundamentalmente pelos atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, o estado de São Paulo.

Essa desigualdade na distribuição das indústrias ainda hoje pode ser observada, em sua maioria as indústrias estão localizadas nas regiões Sul e principalmente no Sudeste do país embora nas últimas décadas venha se observado um processo que ficou conhecido como descentralização industrial. Com o aumento da procura por parte dos empresários por áreas nessas duas regiões em especial no Sudeste, mais especificamente na cidade de São Paulo houve um aumento nos valores do metro quadrado dessa região ou até mesmo escassez de áreas livres, por essa razão aos poucos o processo de descentralização industrial teve início começando exatamente pela região metropolitana de São Paulo nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano o famoso ABC paulista que nos últimos anos anexou a cidade de Diadema dando continuidade ao alfabeto.

Essa descentralização vem se espalhando por praticamente todas as partes do país. Os empresários mesmo instalando suas fábricas em áreas afastadas dos grandes centros comerciais, vem optando por essa alternativas, pois nessas localidades mais afastadas conseguem mão de obra mais barata além de incentivos fiscais como isenção de impostos terrenos doados por prefeituras entre outros. Esses últimos acontecimentos vem provocando uma verdadeira guerra, uma guerra fiscal, onde quem dá o melhor lance acaba levando a instalação das indústrias.

Anteriormente destacamos a importância dos imigrantes europeus no início da industrialização brasileira e afirmamos também que os mesmo em sua maioria apesar de terem vindo a princípio para trabalharem nas lavouras de café ao poucos foram introduzidos na crescente indústria nacional muitos traziam com si um largo conhecimento das atividades industriais tendo em vista que os países de onde a maioria vieram já haviam iniciado antes do Brasil o seu processo de industrialização. Isso aliado a outros fatores contribuiu decisivamente para que aos poucos aqui no Brasil tivesse início a uma burguesia

ligada intimamente ao café, uma burguesia formada por europeus ou por seus descendentes. “A burguesia brasileira, em particular a burguesia industrial paulista está ainda hoje profundamente marcada por essa origem: a imigração iniciada no final do século XIX.” (SILVA 1995 p.85).

Apesar de alguns desses imigrantes terem conseguido reunir praticamente do zero as condições necessárias para darem origem aos seus impérios industriais, alguns deles chegaram ao Brasil um patamar acima no que diz respeito a questão econômica e ao conhecimento técnico indispensável naquele momento para si iniciar um processo de instalação e gerenciamento industrial, na verdade o que aconteceu naquele momento foi uma migração de uma minúscula parcela da burguesia europeia infiltrada no meio de um batalhão de imigrantes que de fato não tinham quase nada além da vontade de recomeçar suas vidas em uma nação com inúmeras possibilidades de crescimento e foi assim que muitos conseguiram dá uma guinada na sua vida financeira.

Aqueles imigrantes que já possuíam certo capital além do conhecimento técnico em sua maioria trataram de fazer investimentos principalmente na área comercial onde a maioria conseguiram lucros vultosos e a partir daí passaram a investir maciçamente nas indústrias constituindo nessa sequência as origens da maior parte da burguesia industrial brasileira. “Os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente”(SILVA 1995 p.91).

Esses imigrantes que conseguiram chegar ao Brasil com essas vantagens econômicas eram a exceção da regra, pois a maioria vieram para trabalhar a princípio na lavoura cafeeira e posteriormente como operários industriais, onde realmente se destacaram frente aos trabalhadores brasileiros pois a maioria já tinham conhecimento daquele processo pois enquanto no Brasil aquilo era algo novo em suas nações já era algo que se trabalhava a aproximadamente cem anos.

Então não é exagero dizer que os imigrantes europeus formavam a base da mão de obra do início da atividade industrial brasileira e que tiveram papel fundamental no processo de implantação das técnicas utilizadas nas atividades indústrias para os demais operários iniciantes que em sua imensa maioria não tinham noção nenhuma de como se trabalhar em uma indústria, destacando mais uma vez o quanto o imigrante europeu foi fundamental nesse processo inicial da industrialização brasileira bem como para o início de uma nova etapa de desenvolvimento econômico no país.

3 A ATIVIDADE INDUSTRIAL DO NORDESTE E O PAPEL DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Mesmo diante de alguns investimentos e da evolução de outros setores da economia como o próprio setor secundário que é representado pelas indústrias, a atividade agrícola ainda representa a atividade econômica mais importante do Nordeste é bem verdade que após a década de 60 as indústrias pouco a pouco vem ganhando espaço contribuindo efetivamente para o crescimento econômico da região embora seja uma contribuição ainda modesta se compararmos a outras regiões do Brasil.

Embora os investimentos no setor secundário ainda sejam infames percebe-se que a região nordeste tem sim grande potencial no desenvolvimento das atividades industriais principalmente quando passamos a analisar com mais atenção a grande quantidade de matéria prima que pode ser encontrada na região e isso pode ser afirmado mesmo diante do pouquíssimo investimento empregado na descoberta e na retirada de forma sustentável desses recursos que podem ser utilizados como matéria prima ou até mesmo como fontes de energia para a movimentação da “máquina” industrial.

Devido aos baixos investimentos nas atividades industriais do Nordeste é muito comum encontrarmos essa atividade vinculada a atividade artesanal e isso diferentemente do que alguns possam imaginar não é um fator totalmente negativo, pois essa aliança faz com que em alguns momentos surja um diferencial por parte das indústrias nordestinas possibilitando inclusive uma inserção desses produtos no cenário nacional e por que não internacional.

O grande momento da industrialização do Nordeste data do final da década de 50 e início da década de 60 quando a SUDENE passa a coordenar e desenvolver estratégias para fazer com que haja um melhor direcionamento por parte desses investimentos. Com a chegada desses investimentos as antigas indústrias nordestinas passaram a ter novo fôlego para continuar desenvolvendo suas atividades e possibilitou também o surgimento de novas indústrias dinamizando assim a economia da região como afirma Andrade (1970, p. 118-119):

A introdução destes novos processos e capitais não só veio criar novas indústrias como também revitalizar e modernizar as velhas indústrias aqui existentes e que entravam em decadência por não disporem de condições de competição com as indústrias melhor equipadas do Sul do país.

Algumas indústrias presentes no Nordeste pelo tempo e pela sua importância histórica e econômica ganharam status de indústrias tradicionais entre elas uma das mais importante sem dúvidas é a sucroalcooleira que a tempos está presente na região exercendo um papel chave no desenvolvimento e dinamização das atividades industriais desse lugar tendo em vista que sempre foram pioneiras nos processos evolutivos sejam eles de caráter tecnológico ou financeiro.

Outra indústria que pode ser citada como tradicional é a têxtil que vem ganhando importância desde o início do século XX cujo “as fábricas se localizavam quase sempre nos pontos para onde convergia a produção algodoeira afim de ser embarcada” (ANDRADE, 1970, p.120) instalando suas fábricas principalmente nas regiões próximas as áreas produtoras de algodão.

No caso das indústrias de couro e pele elas sempre tiveram vinculadas a pecuária tendo predominantemente seus curtumes nas grandes regiões ou nas proximidades das áreas que desenvolvem a pecuária reduzindo dessa forma os custos com o transporte de matéria prima possibilitando uma maior lucratividade na fabricação e posteriormente na venda de seus produtos.

Com o passar do tempo houve a necessidade inadiável de organizar melhor as indústrias que pouco a pouco apareciam na região nordeste data daí o início dos primeiros distritos industriais da região.

Os grandes centros urbanos, planejando o seu desenvolvimento, criaram distritos industriais, onde passaram a oferecer condições vantajosas as indústrias que neles quisessem se localizar, e a região foi construindo uma infraestrutura que favorece o desenvolvimento industrial (ANDRADE, 1970, p.120).

Com uma organização mais efetiva as indústrias nordestinas passaram a ser vistas com bons olhos por boa parte dos investidores nacionais e posteriormente internacionais oferecendo de fato condições de investimentos e vantagens para os que quisessem ali investir.

Apesar de relativo avanço infelizmente a criação dos distritos industriais não foram suficientes para resolverem alguns problemas que atrasam o desenvolvimento industrial do nordeste quem dirá todos. Falta ainda na região investimentos maciços em setores que possibilitem de fato esse crescimento como a melhoria e qualificação da mão de obra, na infraestrutura tanto nas proximidades dos distritos industriais bem como nas áreas produtoras de matéria-prima entre outros.

A construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia, minimizou um grave problema que atrasava ainda mais a industrialização nordestina a falta de energia para mover as indústrias da região a criação dessa usina era algo indispensável pois o consumo de energia por parte da região nordeste cresceu muito durante esse período principalmente pelo aumento do número de indústrias que ali se instalaram. De acordo com Andrade (1970, p. 123):

O problema da energia constituiu-se, até a década de 1961-70, um grande fator limitante ao desenvolvimento industrial; a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, aproveitando o grande potencial da cachoeira e a expansão de suas linhas pelos Estados do Nordeste, veio favorecer consideravelmente o desenvolvimento da região.

O setor de transportes do nordeste ainda é muito falho muitas vezes fazendo aumentar os custos dos produtos que são criados na região, pois para fazer o escoamento da produção geralmente não é encontrado facilidades. No estado da Paraíba não existe sequer um porto capaz de fazer essa função a única exceção é o porto de Cabedelo que fica na cidade vizinha de João Pessoa que por problemas estruturais ainda hoje não consegue receber todo tipo de embarcação devido a profundidade das águas próximas ao mesmo, obrigando muitas vezes recorrer aos portos mais próximos do estado como o de Recife no estado de Pernambuco, como afirmamos anteriormente aumentando os custos e consecutivamente o preço para o consumidor final.

As ferrovias da região Nordeste são antigas e com pouca manutenção além de não terem uma integração lógica não atendendo as demandas de escoamento do que é produzido na região sendo assim não representa uma alternativa vantajosa servindo quase que exclusivamente para o tráfego de pessoas e de uma quantidade insignificante de alguns tipos de mercadorias de cidades próximas umas das outras em raros casos de um estado a outro.

Como em todo o restante do país o transporte rodoviário é o mais presente e mais usado na região nordeste inclusive para escoar os produtos fabricados nas indústrias nordestinas. Por toda parte temos rodovias que ligam a princípio o sertão ao litoral ou contrário que por sua vez se integram a outras rodovias das demais regiões brasileiras se unificando ao restante do país dessa forma.

Pela escolha de priorizar no Brasil o transporte rodoviário principalmente após a Segunda Guerra Mundial e consecutivamente após o fortalecimento dos Estados Unidos

tanto no âmbito político quanto econômico que logo tratou de investir pesado na fabricação de automóveis e vender a vários países do mundo inclusive ao Brasil.

Infelizmente hoje o governo brasileiro anualmente tem altos custos motivados por essa escolha afinal a estrutura exigida pelo transporte rodoviário necessita constantemente de reparos isso diferentemente do que muitos pensam não se resume somente na manutenção das estradas podemos citar também os gastos com substituição e instalação de sinalizações que são fundamentais nesse tipo de transporte entre outros, no entanto todo esse gasto infelizmente resulta em nada ou melhor dizendo quase nada basta analisar o estado de algumas rodovias brasileiras são praticamente intransitáveis dificultando mais uma vez o escoamento das mercadorias produzidas pelas indústrias. As verbas essas são liberadas, as melhorias é que custam a serem vistas isso quando são.

Em relação aos aeroportos poucos se destacam estando eles localizados nas principais capitais da região como é o caso do Recife, Salvador, Fortaleza e São Luiz, em segundo plano vem aqueles de cidades menores que exercem uma função mais de complemento desses outros aeroportos maiores dentre os menores se destacam os das cidades de Garanhuns, Petrolina, Ilhéus, Juazeiro do Norte, Sobral, Crato, Bayeux/João Pessoa entre outros.

A fuga de capital em especial para a região Sudeste sempre foi um dos agravantes para a estagnação econômica do Nordeste uma vez que quem tinha o capital para fazer tais investimentos preferiam fazer isso no Sudeste, pois a chance de obter lucro com isso era bem maior uma vez que a economia dessa região nas últimas décadas vem apresentando uma dinamicidade bem maior se compararmos a qualquer outra do Brasil.

Com a instalação da SUDENE surgiu a preocupação em minimizar tal situação foi nesse momento que um Sistema conhecido como 34/18 mostrou-se de fundamental relevância afim de minimizar essa desastrosa realidade. “Os incentivos fiscais, inicialmente conhecidos como Sistema 34/18, foram assim designados por referirem-se ao Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste” (GOODMAN &ALBUQUERQUE, 1974).

O Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências) e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963 (Aprova o Plano

Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.) esses artigos afirmam que:

~~Art 34. É facultado as pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução até 50%, nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. (Regulamento) (Regulamento) (Vide Vide Decreto nº 59.001. de 1966) (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

~~§ 1º A importância a que se refere este artigo será depositada no Banco do Nordeste do Brasil S.A., fazendo-se o recolhimento em conta especial, com visto da Divisão do Imposto de Renda ou suas Delegacias nos Estados, e ali ficará retida para ser liberada na conformidade do disposto no parágrafo seguinte. (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

~~§ 2º A SUDENE aprovará, a requerimento do interessado, os planos de aplicação da importância retida, e, uma vez aprovados os mesmos, autorizará a sua liberação, que se fará parceladamente, à proporção das necessidades da inversão. (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

~~§ 3º Os planos aprovados deverão ser aplicados no prazo de três anos a partir da retenção do imposto de renda. Esgotado este prazo, a importância retida se incorporará a renda da União. (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

Art 18. A pessoa jurídica poderá descontar do imposto de renda e adicionais não restituíveis que deva pagar: (Regulamento) (Vide Lei nº 4.869. de 1965) (Vide Decreto nº 59.001. de 1966) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirir, emitidas pela SUDENE, através do FIDENE, para o fim específico de ampliar os recursos do mesmo Fundo; (Vide Lei nº 5.508, de 1968) (Revogado pela Lei nº 5.508, de 1968)

b) até 50% (cinquenta por cento) de inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

b) até 50 % (cinquenta por cento) do valor do imposto e adicionais não restituíveis referidos neste artigo, para fins de reinvestimento ou aplicação em projetos agrícolas, industriais e de telecomunicações entre comunidades da área de atuação da SUDENE, que esta Autarquia tenha declarado ou venha a declarar, na forma deste artigo, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. (Redação dada pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide arts. 21 e 40 da Lei nº 5.508, de 1968) (Vide Decreto-Lei nº 1.106, de 1970) (Vide Decreto-Lei nº 1.179, de 1971) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

§ 1º As emissões de obrigações para os efeitos de alínea " a " supra, não poderão exceder, em cada exercício, de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

§ 1º As emissões de obrigações para os efeitos da alínea " a " supra, não poderão exceder, em cada exercício, de 5% (cinco por cento) da importância do imposto de renda e adicionais não restituíveis arrecadada no exercício anterior. (Redação dada pela Lei nº 4.869, de 1965) (Revogado pela Lei nº 5.508, de 1968)

§ 2º As obrigações a que se refere este artigo, serão emitidas pelo prazo de 10 (dez) anos, nominativas, intransferíveis, com juros de 5% (cinco por cento) ao ano sobre o respectivo valor nominal. (Revogado pela Lei nº 5.508, de 1968)

§ 3º O benefício de que trata a alínea " b ", supra, somente será concedido, se, a critério da SUDENE, o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizer as demais exigências desta lei, concorrer efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores ao do desconto de cada contribuinte, admitindo-se:

~~a) que o mesmo contribuinte realize inversões em um ou mais projetos aprovados pela SUDENE;~~

~~b) que o contribuinte efetue novos descontos, em relação ao mesmo projeto, durante o período de sua execução, se o montante do investimento exceder ao dobro do desconto realizado.~~

§ 3º Somente será concedido o benefício de que trata a alínea " b " deste artigo, se o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfeitas as demais exigências legais, concorrer, efetivamente, para o financiamento das inversões totais projetadas, com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo aplicados ou reinvestidos no projeto, e atender aos critérios de prioridade a serem estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, o qual fixará a proporcionalidade da participação, levando em conta o alcance de um ou mais dos seguintes objetivos: (Redação dada pela Lei nº 4.869, de 1965)(Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

I - Instalação de indústrias básicas e germinativas; (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

II - modernização, complementação ou ampliação de indústria ou atividade agrícola existente, com elevação da respectiva rentabilidade; (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

III - Substituição de importações procedentes do estrangeiro ou de outras regiões do País, bem como a produção de bens exportáveis para o estrangeiro ou outras regiões do Brasil; (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965)(Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

IV - aproveitamento de matérias-primas agrícolas e minerais produzidas no Nordeste; (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

V - absorção intensiva de mão-de-obra; (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

VI - localização dos empreendimentos em zonas, no Nordeste, de fraco desenvolvimento industrial e agrícola. (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

VII - obtenção da plena incorporação do setor agrícola regional ao processo de desenvolvimento nacional; (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

VIII - atendimento à demanda crescente de produtos alimentícios de primeira necessidade e de matérias-primas básicas consideradas essenciais para o desenvolvimento do Nordeste; (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965)(Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

IX - contribuição para a resolução das inadequações do quadro institucional da agricultura da região". (Incluído pela Lei nº 4.869, de 1965) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

§ 4º Salvo para importação de equipamentos integrantes de projetos aprovados pela SUDENE, não poderão ser transferidos para o exterior direta ou indiretamente a qualquer título, as receitas derivadas das parcelas de investimentos financiados com os descontos previstos neste artigo, sob pena de revogação do favor obtido e exigibilidade das parcelas não efetivamente pagas do imposto de renda, acrescidas de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação específica do imposto de renda. (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

§ 5º Os favores de que trata este artigo não se aplicam: (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)a) ao imposto de renda e adicionais referentes a exercícios anteriores ao de 1962, bem como ao imposto devido por lançamento " exofficio " ou suplementar; (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

b) ao contribuinte que estiver em débito com o imposto de renda, o imposto adicional de renda e os adicionais restituíveis, ressalvados os débitos pendentes

de decisão administrativa ou judicial. (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

§ 6º A pessoa jurídica indicará na sua declaração de rendimentos, ou competente guia de recolhimento que pretende obter o favor previsto neste artigo, válida a remissão que haja feito ao artigo 34 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961. (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

§ 7º - Para efeito da verificação do disposto na letra " b " do § 5º, o Departamento do Imposto de Renda fornecerá à SUDENE, independentemente de solicitação, relação das pessoas jurídicas em débito que tenham optado pela dedução prevista neste artigo. (Incluído pela Lei nº 5.508, de 1968) (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

Uma das melhores sínteses a respeito do sistema 34/18 foi feita por Carvalho (2001) onde ela afirma que:

O Sistema 34/18 baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante, a empresa beneficiária (ou investidor) e a SUDENE. A empresa optante era a pessoa jurídica, situada em território nacional, que poderia deduzir do seu imposto de renda, determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. Já a SUDENE, era responsável pela aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional.

Feitosa (2007) vai além em sua análise a respeito do sistema 34/18, pois o mesmo destaca algumas das suas principais características afirmando que:

Esse mecanismo permitia a concessão de estímulos fiscais e financeiros a projetos industriais, agropecuários e de telecomunicações localizados na área de jurisdição da SUDENE e caracterizava-se: a) pela possibilidade de a pessoa jurídica deduzir até 50% do imposto de renda devido, desde que os recursos fossem reinvestidos em projetos industriais, considerados pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento do Nordeste; b) pela obrigatoriedade de contrapartida de recursos próprios e; c) pela obrigatoriedade do cumprimento dos prazos estabelecidos nos projetos, sob pena de reversão dos recursos para o Tesouro Nacional.

Fica claro, portanto que a maior parte das atividades que obtiveram êxitos consideráveis realizadas pela SUDENE foram voltadas para o setor industrial, embora essa tenha sido uma prioridade da SUDENE não foi o único setor da economia que recebeu atenção por parte desse órgão, contudo o momento era realmente do setor secundário da economia principalmente após a elaboração e posteriormente a colocação em prática dos arts. 34/18 que fez com que houvesse um verdadeiro “boom” na economia regional.

A SUDENE não contribuiu apenas para a chegada de novas indústrias para a região, mas também foi importante no fortalecimento daquelas que já estavam presentes no

Nordeste, as chamadas indústrias tradicionais que após o recebimento dos investimentos obtidos pela SUDENE encontraram condições favoráveis ao aperfeiçoamento das atividades já realizadas empregando uma modernização que outrora parecia algo completamente distante, pois tais modernizações demandavam tempo para serem colocadas em práticas mas acima de tudo demandava um alto custo que naquele momento poucos ou quase nenhum tinham condições de suportar, tendo em vista que a grande maioria das indústrias apresentavam crises financeiras seríssimas correndo o risco inclusive de “baixarem as portas”, fato que aconteceu com inúmeras indústrias mesmo com esse momento tão favorável para o Nordeste.

Destacaram-se na obtenção de investimentos através da SUDENE aquelas indústrias que utilizavam produtos agrícolas como a cana-de-açúcar, algodão, o café, o sisal entre outras como matéria prima. Outros segmentos da indústria nordestina também tiveram vultosos investimentos foi o caso da pecuária, móveis, material de construção, metalúrgicas etc.

A ideia é claro era fazer com que as indústrias ligadas a esses e a outros setores da economia tivessem um crescimento financeiro e consecutivamente uma expansão do seu mercado consumidor, no entanto esse crescimento adquirido por parte dessas indústrias logo se revelou como motivo de preocupação pois começou a se questionar se essa expansão seria absorvida pelo mercado regional e se caso não fosse se teria condições de concorrer com as indústrias de outras regiões em especial a da região Sudeste.

Manuel Correia de Andrade chamou atenção também para a forma como a distribuição das indústrias do nordeste beneficiava escancaradamente regiões específicas:

Daí observa-se hoje uma grande concentração em torno aos três principais centros urbanos, como a Grande Salvador, com sua cidade industrial de Aratu, o grande Recife, com o seus distritos industriais do Cabo e de Paulista e de Fortaleza. Em torno dessas três metrópoles macrorregionais se localizam cerca de 60% dos projetos industriais aprovados para o Nordeste (ANDRADE, 1970, p.129).

Ainda em relação a esse assunto Andrade afirma que “se excetuarmos alguns pequenos municípios que conseguiram atrair um ou dois projetos, observaremos que os demais foram aplicados nas capitais dos estados ou em aglomerações urbanas que, por suas funções comerciais já exerciam uma ponderável influência regional (...)” (ANDRADE, 1970, p.129). Essa afirmação nos faz refletir que a princípio a SUDENE não estava tão preocupada em fazer um desenvolvimento de forma homogênea ou próximo disso na

região mas sim fazer um desenvolvimento baseado em dados, números que revelassem uma evolução econômica mesmo que não representasse na vida prática da maioria da população uma melhora ou seja o que interessava eram os números as melhorias nas condições de vida da população representava um objetivo secundária até por que se fosse de outra forma a distribuição das indústrias teriam sido realizada de maneira mais “ espalhada” observando logicamente as potencialidades de cada local.

Com o passar do tempo surgiu a necessidade de realizar por parte da SUDENE estudos que a levassem a identificar as tais potencialidades de cada área da região e não apenas identificar as problemáticas, desse modo seria possível com um pouco mais de facilidade realizar as intervenções necessárias em cada setor da economia promovendo o desenvolvimento regional. No entanto nada disso faria sentido se esse órgão não levasse em consideração o fator humano, ou seja, famílias que a gerações já estavam presentes naquele ambiente que na verdade eram o principal motivo (ao menos deveria ser) de todas aquelas intervenções no Nordeste brasileiro visando o desenvolvimento e a melhoria nas condições de vida de todos. Após essa constatação as intervenções realizadas pela SUDENE embora de forma modesta passou a ter uma preocupação um pouco maior com os nordestinos.

A questão ligada ao desequilíbrio da distribuição das indústrias no nordeste continua, por isso é necessário se ter uma orientação voltada não apenas para a questão econômica, o ideal é que haja uma integração geoeconômica afim de que se estabeleça de maneira mais igualitária uma distribuição de futuros recursos que possam vir a região.

4 O AGONIZANTE SETOR SECUNDÁRIO DA PARAÍBA

Visando fazer um levantamento das potencialidades ligadas a atividade industrial no estado da Paraíba o NAI/PB realizou em 1976 um levantamento para identificar oportunidades de investimentos nessa área da economia tanto por parte da iniciativa pública bem como da privada. O NAI/PB, ou seja Núcleo de Assistência Industrial da Paraíba foi um órgão criado em 1967 na cidade de Campina Grande que em 1972 passou a fazer parte do CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa) que por sua vez em 1990 passou a ser considerado um serviço social autônomo chamado de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Os resultados de tais análises foram de fundamental importância na realização de investimentos futuros bem como na organização da atividade industrial na Paraíba. Quando o NAI propôs fazer esse estudo o objetivo principal estava muito bem definido era:

Procurar ressaltar a preponderância de determinados gêneros e produtos industriais do estado, de modo a identificar as vocações industriais do estado, isto é, os gêneros e grupos industriais que melhor refletem a constelação dos fatores econômicos do estado e que representam a maior experiência industrial da região (NAI 1977 p. 8-9).

Esse levantamento foi de extrema importância pois restringiu no melhor sentido da palavra a área de atuação e de investimentos das indústrias pois dessa maneira os investimentos puderam ser melhores direcionadas para setores que de fato pudessem ser viáveis do ponto de vista econômico minimizando assim os riscos de perda de tempo e de capital. O próprio autor deixa isso muito claro quando afirma que “sem a orientação dessas prioridades, a escolha dos ramos de atividade objetos de estudos de investimentos partiria do complexo universo formado por todas as atividades industriais imagináveis” (NAI 1977 p.9).

Em meados de 1982, ou seja, fim do século XIX começaram a surgir os primeiros resquícios da indústria paraibana, pois a Fábrica de Tecidos Tibiri inicia suas atividades, outro fato da mesma época que chama atenção é a instalação da primeira prensa hidráulica de algodão, mais precisamente instalada no ano de 1905.

Segundo Plano Diretor (1980, p. 22-23):

Após a I Guerra Mundial, registrou-se um surto considerável de novos empreendimentos, no que se pode notar certa mudança de mentalidade econômica e esforço de identificação das oportunidades de investimento no Estado.

Apesar de a Paraíba ter apresentado certa evolução quanto ao número de empreendimentos industriais, percebe-se que se comparados a outros estados principalmente das regiões Sul e Sudeste esse crescimento foi modesto, pode ter sido considerável para os padrões da Paraíba, mas repito comparado a outros estados foi insignificante. Por conta de tal situação o Governo Federal procurou meios para reduzir a disparidade entre as regiões as regiões Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Várias medidas foram tomadas como primeiro passo, foi construída a Usina Paulo Afonso, seguindo-se a fundação do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) e, coroando as iniciativas até então adotadas, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a finalidade de conduzir a política global de desenvolvimento de região.

Diante do momento favorável na Paraíba algumas medidas foram tomadas para acompanhar a evolução pela qual todo o Nordeste vinha passando. A criação dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande foi uma delas; a oferta de incentivos fiscais para os empreendimentos interessados em se instalar no estado foi outra, bem como a melhoria da infraestrutura necessária para um desenvolvimento razoável de uma cadeia produtiva, entre outras.

De fato nessa época houve uma melhoria na atividade industrial da Paraíba, no entanto essas melhorias não foram capazes de igualar ou ao menos aproximar a atividade industrial paraibana ao da maioria dos outros estados do país, porém o primeiro passo foi dado.

Segundo o Plano Diretor (1980, p. 28) “como a produção industrial depende das inversões de capital efetuadas no passado, conclui-se que o perfil industrial paraibano tende a se manter inalterado e dependente de pequeno número de grandes empresas dos setores tradicionais”. Dessa forma o que pode ser percebido é que as indústrias que tendem apresentar melhores desempenhos são aquelas que utilizam matérias-primas existentes em abundância dentro do território paraibano como é o caso do algodão e do sisal.

A tabela abaixo mostra alguns dos principais produtos industriais da Paraíba no ano de 1970 e sua matéria-prima principal utilizada na sua fabricação reforçando o que foi dito anteriormente.

Produtos	Porcentagem do produto industrial da Paraíba	Matéria Prima Principal
Algodão em Pluma	28,60%	Algodão
Açúcar Moído ou triturado	7,26%	Cana
Açúcar Crsistal	5,35%	Cana
Fios de Sisal	6,33%	Sisal
Pães e roscas	4,77%	Trigo
Tecidos de Algodão	4,53%	Algodão
Caroço de Algodão	4,01%	Algodão
Óleo de caroço de algodão	3,68%	Algodão
Sacos de Algodão	3,66%	Algodão
Cordas, Cabos e Córdeis de Sisal	3,37%	Sisal
Café Torrado e Moído	3,10%	Café
Biscoitos e Bolachas	2,43%	Trigo
Tortas e farinhas de Sementes Oleaginosas	2,11%	Sementes
Óleo de Oiticica	2,03%	Oiticica
Rapadura	1,90%	Cana
Farinha de Milho	1,71%	Milho
Sabão Comum	1,43%	Oiticica
Total	86,27%	—

Quadro 6 – Paraíba Principais produtos industriais Em termos do valor da produção de 1970 Exclusive Microestabelecimentos.

Fonte: IBGE, apud (Plano diretor 1980 p.29).

Bem como em outros estados/regiões do Brasil os fatores locacionais na medida do possível foram observados de forma criteriosa antes da instalação de uma ou mais indústria no território paraibano logicamente essas análises foram com o passar do tempo tendo critérios mais eficientes, porém com mais ou menos eficiência alguns critérios sempre foram observados antes da instalação de uma indústria.

Segundo o Plano Diretor (1980 p. 32-33) os principais fatores locacionais observados podem ser agrupados da seguinte forma:

- (a) Facilidade de obtenção e custos de reunião das matérias primas no ponto de produção;
- (b) Disponibilidade de infraestrutura adequada de obras e serviços públicos de apoio à produção e à distribuição;
- (c) Existência ou proximidade de mercados de dimensões capazes de absorver a produção;

- (d) Disponibilidade e qualidade dos serviços especializados de apoio à indústria, tais como transporte, manutenção, controle de qualidade, pesquisa tecnológica etc.
- (e) Disponibilidade de recursos de terceiros para o financiamento parcial do investimento, da produção e da comercialização.

Quando fazemos uma análise dos estados nordestinos em especial os ditos periféricos, ou seja, os menos desenvolvidos da região no qual a Paraíba se inclui percebemos que tais fatores locacionais são importantes, no entanto esses estados:

Somente poderão ter possibilidades de sucesso se forem complementares a um programa federal permanente não discriminatório, fundamentado no uso de instrumentos políticos econômicos capazes de efetivamente direcionar, para a Região, os empreendimentos industriais necessários ao seu desenvolvimento (PLANO DIRETOR, 1980 p. 34).

Dessa forma fica claro que devido a fragilidade econômica da maioria dos estados nordestinos, eles ainda dependem muito da ajuda dos programas de desenvolvimento do governo federal, porém para que haja o mínimo de êxito esses estados obrigatoriamente tem que fazer a sua parte em algumas coisas primordiais como afirma o Plano Diretor (1980, p. 34):

A cada estado, cabe tornar atrativos os condicionantes do processo de localização que se enquadrarem na sua área de competência, a exemplo da infraestrutura adequada a produção e a distribuição e, especialmente, de mecanismos específicos de apoio a programa orientados para o aproveitamento das condições preexistentes em cada Estado.

No caso da Paraíba as melhores oportunidades de desenvolvimento industrial está no aproveitamento dos seus produtos agrícolas e nos minerais existentes em seu território. Ainda hoje o mercado consumidor paraibano não atende amplamente as perspectivas da maioria dos empresários ligados ao setor secundário da Paraíba o que explica de certa forma por que “a experiência dos últimos anos tem revelado oportunidades de instalação de empresas de porte médio orientadas para o atendimento do mercado regional” (PLANO DIRETOR, 1980 p. 35). Sobre isso o Plano Diretor (1980, p. 35) ainda afirma que “(...) nesses tipos de empresas residem, portanto, as oportunidades de criação de uma base industrial diversificada na Paraíba”.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Tecnológico Industrial publicado em Janeiro de 1980 na gestão do então governador da Paraíba Tarcísio de Miranda Burity propôs ao final das análises das informações contidas nesse plano diretor diretrizes e estratégias que tinham como objetivo promover um desenvolvimento mais efetivo no setor industrial da Paraíba. A seguir iremos demonstrar algumas dessas diretrizes:

- (a) Contribuir para promover o desenvolvimento industrial do estado através do aproveitamento racional e intensivo dos seus recursos exauríveis e renováveis;
- (b) Induzir o surgimento, no seio do setor produtivo, da constante preocupação com a busca de tecnologia e serviços técnicos que minimizem o grau de dependência externa e fortaleçam o parque produtivo, através da utilização de tecnologias mais adequadas a realidade socioeconômica do Estado;
- (c) Identificar e procurar superar os entraves de ordem tecnológica que se antepõem ao desenvolvimento econômico racional e integrado do Estado;
- (d) Promover a articulação dos órgãos ou instituições geradoras de tecnologia, no âmbito do Estado, com vistas a preservar a harmonia de ações e o atendimento das reais e das mais prementes necessidades de desenvolvimento tecnológico da Paraíba;
- (e) Promover a estreita articulação entre os órgãos de fomento tecnológico, nacionais e regionais, empresas e centros de pesquisa do estado, visando a conjugação de esforços e o desenvolvimento de ações consentâneas com aproveitamento das oportunidades existentes no Estado;
- (f) Promover a implantação dos órgãos de coordenação e execução da política de tecnologia industrial da Paraíba;
- (g) Interagir com órgãos de desenvolvimento e difusão tecnológicos, no sentido de obter a melhor utilização da capacitação técnico-laboratorial existentes;
- (h) Interagir constantemente com os órgãos de fomento industrial, no sentido de procurar contribuir para a implantação e/ou fortalecimento de projetos industriais através da criação e difusão de tecnologia no âmbito do Estado”. (Plano diretor 1980 p. 87 e 88).

Essas diretrizes deram grande contribuição naquele período para a indústria paraibana e sem dúvidas, algumas delas continuam sendo atuais o que indica que as utilizações das mesmas ainda continuam sendo feitas.

Não é novidade que a indústria paraibana durante muito tempo sofreu com a falta de estrutura para atender as condições básicas que toda área industrial necessita. Mesmo nos dias atuais essa estrutura ainda é precária embora venha apresentando certa evolução nas últimas décadas. Isso pode ser confirmado se fizermos um comparativo com outros estados do Brasil, ou ainda mesmo com os próprios estados vizinhos como é o caso de Pernambuco e do Rio Grande do Norte perceberemos que as áreas de escoamento da produção são maiores em quantidade e em qualidade, as fontes de energia também não ficam atrás entre outros.

A composição da estrutura paraibana foi determinante na localização das indústrias nesse estado como afirma Fernandes/Barachuy (1999, p. 56):

A carência de tais fatores tem um peso na definição dos espaços de localização das indústrias. Isto, associado à fragilidade das comunicações terrestres no sentido litoral-interior, reforçou a concentração industrial nas áreas mais próximas do litoral – Campina Grande e João Pessoa -, ficando o interior com apenas parte do setor de beneficiamento de matérias-primas.

O setor têxtil sempre se destacou como sendo uma das principais atividades industriais da Paraíba, no entanto a produção dessas fábricas eram voltadas para a elaboração de um produto sem tanta qualidade. A chegada na Paraíba dos produtos têxteis oriundos das indústrias do Sudeste representou um prejuízo incalculável para o setor têxtil da Paraíba que sem ter condições de competir com as mercadorias do Sudeste assumiu uma posição secundária dentro do comércio local fornecendo um material de qualidade inferior o que não representava um risco nem concorrência frente aos produtos das indústrias principalmente de São Paulo e do Distrito Federal (RJ).

A atividade industrial açucareira também teve grande importância na Paraíba tendo em vista que:

Se caracterizava pela presença em toda a década de 1930, de um contingente expressivo de engenhos e, nove usinas, mas apenas sete estavam funcionando. As usinas possuíam turbina a vácuo, produzindo açúcar refinado (FERNANDES e BARACHUY 1999 p.57).

O grande interesse das indústrias do Sudeste era expandir seu mercado consumidor e a Paraíba era um lugar perfeito para isso pois também oferecia há custos baixos produtos que interessavam essas empresas.

A desleal concorrência entre as indústrias do Sudeste e as paraibanas trouxe consequências drásticas, pois no período em questão:

Quase todos os ramos industriais pesquisados apontam para uma dispensa de trabalhadores, evidenciando a fragilização do setor industrial, face à crise gerada pela concorrência de produtos similares vindos do Sudeste (FERNANDES e BARACHUY 1999 p.59).

E essa disparidade entre as indústrias locais e as do Sudeste permaneceu intocada até meados da década de 1960 quando a situação começou a melhorar um pouco para os estados do Nordeste e isso foi possível através da SUDENE.

Para que houvesse uma maior eficiência no processo de desenvolvimento da principal ação proposta pela SUDENE que era: diminuir a desigualdade existente entre as regiões Sul e Sudeste e o Nordeste do Brasil era necessário uma maior integração entre o governo federal e estadual.

Segundo Fernandes e Barachuy (1999, p. 65):

Dentre as ações operacionalizadas sob a direção governamental, aponta-se a definição dos perímetros dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande (1963), visando criar estímulos locais de atração de novos empreendimentos industriais e/ou revitalização dos existentes.

Algo que também chama atenção nesse período foi a iniciativa de se criar dois órgãos que de certa forma “revela o envolvimento do governo estadual no sentido de estimular a produção de projetos específicos de modo a fomentar a dinamização das atividades industriais” (Fernandes/Barachuy 1999 p.65). Os órgãos criados foram o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) e a Companhia de Industrialização da Paraíba.

O quadro a seguir mostra a distribuição dos investimentos por atividades no Estado da Paraíba.

ATIVIDADE INDUSTRIAL	INVESTIMENTOS 1969-1979	VARIAÇÃO	%
I-Indústrias Extrativas	12,6	3,0	-9,6
I-Indústrias de Transformação	80,8	82,0	1,2
A- TRADICIONAIS	40,03	46,8	6,5
01. Madeira	1,3	0,5	-0,8
02. Mobiliário	1,4	0,6	-0,8
03. Couros e Peles	1,0	0,9	-0,1
04. Têxtil	13,6	12,7	-0,9
05. Vestuário	1,8	3,9	2,1
06. Produtos Alimentares	17,3	9,7	-7,6
07. Bebidas	0,6	17,4	16,8
08. Fumo	0,1	0,1	—
09. Editorial e Gráfica	0,4	1,0	0,6
10. Diversos	2,8	0,0	-2,8
B- DINÂMICAS	40,5	35,2	-5,3
01. Minerais Não Metálicos	19,2	1,4	-17,8
02. Papel e Papelão	5,9	3,3	-2,6
03. Química, Farmacêutica e Borracha	2,7	11,2	8,5
04. Metalúrgica	6,2	12,1	5,9
05. Mecânica	4,3	3,0	-1,3
06. Material elétrico e Comunicações	1,5	0,2	-1,3
07. Material de Transporte	0,7	4,0	3,3
III- Indústria da Construção Civil	6,6	15,0	8,4

Quadro 7 – Estrutura dos Investimentos Industriais na Paraíba – 1969-1979.

Fonte: CEAG/PB. Indústria Paraibana – Diagnóstico e Sugestões de Política. João Pessoa, CEAG/PB 1982, p.29, apud Fernandes/Barachuy (1999 p.68).

O fim da década de 1970 representou para a indústria paraibana, uma fase de transição, ou seja, o que não era tão bom passou a ficar ainda pior. O Brasil nesse período estava passando por uma crise financeira, o que contribuiu evidentemente para uma redução nos investimentos oriundos do governo federal e também do estadual.

Fernandes e Barachuy (1999, p. 70-71) afirmam que “Para investigação dos aspectos caracterizadores da dinâmica industrial, na fase de 1970/1978, foram realizadas pesquisas nos censos de 1970 e 1980, sobre os principais gêneros de indústria na Paraíba”.

O quadro abaixo demonstra isso.

Gêneros a Indústria de Transformação	Anos	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado na Produção	Salários Pessoal Ocupado na Produção	Despesas Com Matérias Primas e Componentes	Valor da Produção	Valor da Transformação Industrial
I-Indústrias DinâmicasA-Produtos de Minerais Não Metálicos	1970	274	1.158	2.009	5.635	36.264	26.525
	1980	762	4.464	259.556	1.496.446	4.905.222	2872.294
B-Metalúrgica	1970	66	903	566	8.850	24.786	12.467
	1980	144	936	48.941	226.595	628.211	384.525
C- Papel e Papelão	1970	7	123	320	787	3.112	2.142
	1980	12	415	38.872	1.053.132	1.569.129	431.828
D- Química	1970	31	352	795	18.862	30.744	10.978
	1980	62	1.736	163.595	3.042.142	4.596.516	1.408.200
II- Indústrias Tradicionais A-Têxtil	1970	321	4.443	7.723	109.369	169.019	57.124
	1980	59	8.651	546.488	7.387.239	12.538.330	4.521.071
B- Produtos Alimentares	1970	1.284	4.137	4.463	68.393	137.323	52.348
	1980	1.202	6.593	308.484	3.873.872	6.561.361	2.525.367
C- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	1970	84	569	602	3.550	6.701	2.551
	1980	134	2.100	104.360	677.636	1.469.059	784.179

Quadro 8 – Dados gerais de evolução dos principais ramos industriais paraibanos – 1970 e 1980.
 Fonte: FIBGE – Censos de 1970 pp. 3,38/71, 84/85,102/103; e de 1980 pp.213,40/71, 84/85, 100/101,120, apud Fernandes/Barachuy(1999 p.71).

Analisando os quatro primeiros anos da década de 1980 observa-se no estado da Paraíba uma considerável queda tanto no número de estabelecimentos industriais quanto no número de trabalhadores empregados nesse setor da economia o que de certa forma demonstrava que algo naquele momento começava a não dar mais certo. Para Fernandes e Barachuy (1999, p. 73) “O setor industrial expressou rapidamente os efeitos da nova fase que se iniciava, através do fechamento de várias unidades fabris, revelando o esgotamento do modelo de crescimento econômico adotado na fase anterior”.

O quadro abaixo demonstra muito bem tal acontecimento:

ANO	ESTABELECEMENTOS	PESSOAL LIGADO À PRODUÇÃO	OCUPADO TOTAL
1970	2.552	—	19.762
1980	3.526	—	42.331
1981	1.548	26.575	32.124
1982	1.376	24.351	29.68
1983	1.354	21.109	26.220
1984	1.293	22.169	27.111
1985	3.005	—	40.422

Quadro 9– Dados sobre o número de estabelecimentos e pessoal ocupado nas indústrias extrativa, mineral e de transformação na Paraíba.

Fonte: FIBGE. Censo de 1970 e 1980; Anuários Estatísticos do Brasil de 1989, apud Fernandes/Barachuy(1999 p.73).

Observando o quadro com atenção perceberemos que os dados de 1985 apontam um crescimento considerável no número de estabelecimentos mas que infelizmente não consegue se manter durante muito tempo pois “Desta data em diante , o que vai mais caracterizar o setor industrial é a sua incapacidade de criar alternativas que o faça resistir ao processo de desaceleração e involução que o cerca” (FERNANDES e BARACHUY 1999 p. 74).

Por esses e por outros motivos existe uma grande preocupação em relação ao setor industrial paraibano que apesar de ter apresentado em alguns raros momentos fase interessante, nas últimas décadas vem demonstrando acentuada fragilidade isso diante de quase todos os estados da federação. “O temor de uma falência iminente é a tônica de todos os discursos que se dedicam a tratar a problemática da atividade industrial na Paraíba” (FERNANDES e BARACHUY 1999 p.76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho realizado percebemos a importância da atividade industrial no que diz respeito ao desenvolvimento econômico de um determinado lugar.

O levantamento dos dados nos fez perceber que a atividade industrial está distribuída de maneira desigual no espaço geográfico e que existem as chamadas zonas de atração industrial e zonas de repulsão industrial. As zonas de atração são aquelas áreas que oferecem condições básicas para o desenvolvimento de tal atividade como: matéria-prima, mão-de-obra, fontes de energia, mercado consumidor meios de escoamento da produção entre outros, enquanto as zonas de repulsão industrial são exatamente aquelas áreas que por diversos motivos não são atrativas para a instalação das indústrias.

Os fatores anteriormente citados somados ao acúmulo de capital e a necessidade de manutenção e ampliação do capital provocou o surgimento da atividade industrial em algumas áreas específicas do planeta que foram conseguindo se expandir chegando inclusive em alguns países tidos como subdesenvolvidos ou como alguns preferem emergentes ou em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Apesar de o Brasil vir apresentando uma atividade industrial interessante, se compararmos a nossa industrialização a dos países ricos perceberemos que estamos muito aquém deles, isso de certa forma não é surpresa, pois o Brasil iniciou sua industrialização com aproximadamente um século de atraso, no entanto essa disparidade poderia ser menor ou até mesmo zero se existisse em nosso país um estudo mais detalhado onde as potencialidades de cada região fossem levadas a sério.

O Brasil é um país privilegiado com grande quantidade de matérias-primas disponíveis, inúmeras possibilidades de geração de energia, apresenta uma população enorme que apesar de não usufruir de uma excelente renda mensal está constantemente consumindo o que garante um retorno financeiro a essas indústrias e claro uma grande quantidade de mão-de-obra disponível que por motivos evidentes como o baixo investimento em educação em sua maioria não é qualificada. Apesar de tudo isso o Brasil se encontra numa posição intermediária fato difícil de aceitar principalmente quando passamos a analisar de maneira mais crítica as informações anteriores.

Tal posicionamento do Brasil em relação a atividade industrial se reflete na dinâmica econômica do país. Algumas regiões como o Nordeste poderia ter um

desenvolvimento bem mais intenso caso fosse realizados de maneira mais contundente e pontual estudos e investimentos para desenvolver mais a atividade industrial dessa região, no entanto o que observamos são algumas regiões como o caso do Sudeste com um nível considerável de desenvolvimento enquanto outras como o Nordeste em situação bem diferente.

Não estamos afirmando que o simples fato do investimento de capital garantiria o desenvolvimento do Nordeste. Acreditamos que caso houvesse não só no Nordeste, mas em todas as outras regiões do Brasil, bem como nos seus estados um melhor planejamento o desenvolvimento socioeconômico seria uma consequência e a atividade industrial teria um papel fundamental nesse processo como foi nos países desenvolvidos. Caso isso acontecesse estados como a Paraíba e vários outros do país provavelmente estariam em uma situação bem mais favorável do que a atual principalmente em um setor tão importante como é o caso do industrial saindo assim de uma postura agonizante como se encontra o setor secundário paraibano para uma postura de evolução constante que é o que se espera de um estado de um país que está entre as dez maiores economias do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica do Nordeste: O espaço e a Economia Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1970.
- BAIROCH, Paul; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Revolução industrial & subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARMO, B. B. T.; BARROS NETO, J. F.; DUTRA, N. G. S. **Análise do impacto nos custos de transporte de um modelo de seleção de fornecedores baseado em variáveis socioambientais e de competitividade**. *Produção*, v. 21, n. 3, p. 466-483, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132011005000013>>. Acesso em 16 de Julho 2013.
- CARVALHO, Fernanda Ferrário. **Da esperança a crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) –UNICAMP, Campinas 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000218941>>. Acesso em: 19 de Julho 2012.
- FEITOSA, Cid Olival. **As transformações recentes da economia sergipana : 1970-2005**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico – UNICAMP, Campinas 2007. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000419105&opt=4>>. Acesso em: 21 de Julho 2012.
- FERNADES, Irene Rodrigues; Barachuy, Laura Helena. **Atividades produtivas na Paraíba**. 1.ed. João Pessoa: UFPB, 1999.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. **Fontes de energia**. Disponível em: <<<http://www.brasilecola.com/geografia/fontes-energia.htm>>. Acesso em: 15 de Julho de 2013.
- GEORGE, Pierre; ASSUMPÇÃO, Cecília. **Geografia industrial do mundo**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- GOODMAN, David Edwin; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1974.
- LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; NASSETTI, Pietro trad. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: M. Claret, 2001
- NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL. **Setor industrial na Paraíba: estrutura e evolução**. João Pessoa: NAI/UFPB, 1977.

Plano diretor de desenvolvimento tecnológico industrial. João Pessoa: s.n, 1980.

SALAMONE, Nino; BASTOS, Ana Falcão; LEITÃO, Luis. **Causas sociais da revolução industrial**. Lisboa: Presença, 1978. 172p. (Biblioteca Universal Presença 3)

SILVA, Larissa Monguilhott; Bonetti, Gabriel; Rodrigues, Maria Luiza w. **A importância das fontes de energia em Santa Catarina**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Procesosambientales/Usoderecursos/01.pdf>>. Acesso em: 15 de Julho 2013.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1995.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional, 1973.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Moeda, tesouro e riqueza**: Uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século 17. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n3/v39n3a05.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2013